

**APROXIMAÇÕES ENTRE MICHEL FOUCAULT E O
FEMINISMO PÓS-ESTRUTURALISTA DE DONNA
HARAWAY, JUDITH BUTLER E MARGARET MCLAREN
SOBRE A SEXUALIDADE E A PRODUÇÃO DO
CONHECIMENTO**

**APPROACHES BETWEEN MICHEL FOUCAULT AND THE
POST-STRUCTURALIST FEMINISM BY DONNA HARAWAY,
JUDITH BUTLER AND MARGARET MCLAREN ON SEXUALITY
AND THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE**

Stéfani Oliveira VERONA*

Resumo: O pós-estruturalismo é uma vertente que pensa as relações interpessoais através da crítica ao presente, ao modo que a produção do conhecimento acontece e através da busca por encarar a escrita da história a partir de sujeitos deslocados ou marginalizados. Desta forma, este artigo busca fazer uma aproximação entre o pensamento de Michel Foucault com as publicações feministas pós-estruturalistas de Donna Haraway, Judith Butler e Margaret McLaren, em torno dos conceitos de sujeito, da produção do conhecimento e da sexualidade. Os autores citados convergem suas análises ao considerar os saberes locais e subjetivos importantes componentes para o desenvolvimento do “intelectual específico”, frente à produção de um conhecimento que é julgado universal e que exclui certos sujeitos de sua produção, como as mulheres.

Palavras-chave: Foucault; feminismo pós-estruturalista; sujeito; produção do conhecimento; sexualidade.

Abstract: Post-structuralism is a strand that thinks about interpersonal relations through the critique of the present, of the way knowledge production happens, and through the search for the writing of history from displaced or marginalized subjects. In this way, this article seeks to bring together the thought of Michel Foucault with the post-structuralist feminist publications of Donna Haraway, Judith Butler and Margaret McLaren around the concepts of subject, the production of knowledge and sexuality. The cited authors converge their analyses by considering local and subjective knowledge important components for the development of the "specific intellectual", in the face of the production of knowledge that is considered universal and that excludes certain subjects from its development, such as women.

Keywords: Foucault, post-structuralist feminism, subject, knowledge production, sexuality.

Introdução

* Mestranda em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, PR - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: stefaniverona909@gmail.com

O pós-estruturalismo é uma vertente que pensa as relações interpessoais através da crítica ao presente, ao modo que a produção do conhecimento acontece e através da busca por encarar a escrita da história a partir de sujeitos deslocados ou marginalizados. O pós-estruturalismo envolve uma reorganização da ciência e do conhecimento de forma constante para repensar a neutralidade, a isenção quanto às relações de poder e o espaço majoritariamente masculino dentro da produção do conhecimento.

Desta forma, este artigo busca fazer uma aproximação entre o pensamento de Michel Foucault com as publicações feministas pós-estruturalistas Donna Haraway e Judith Butler, considerando também alguns argumentos de Margaret McLaren, através dos textos: “A Ordem do Discurso” (1999a), “A Verdade e as Formas Jurídicas” (2005), “História da Sexualidade vol.1: vontade de saber” (1987), “Microfísica do Poder” (2015), “O que é a Crítica” (1990) e “Vigiar e Punir” (1999b), de Michel Foucault; “Saberes Localizados” (1995) e “Manifesto Ciborgue” (1991), de Donna Haraway; “Problemas de Gênero” (2003), de Judith Butler; e “Foucault, Feminismo e Subjetividade” (2016), de Margaret McLaren.

Donna Haraway é professora na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, no Departamento de História. Ela é autora de diversos livros e artigos que trazem discussões sobre a produção da ciência e sua relação com o feminismo. Judith Butler é professora na Universidade da Califórnia, em Berkeley, no departamento de retórica e literatura comparada. Butler é considerada uma pensadora pós-estruturalista e é uma das principais teóricas do feminismo e da filosofia política. Margaret McLaren é professora da Faculdade de Rollins, na Flórida, onde ensina Filosofia e atua no programa de estudos de Gênero e Sexualidade. McLaren tem importantes artigos nas áreas de discussões de gênero, direitos humanos, Foucault, feminismo e ética.

Os autores citados têm argumentos em comum porque todos propõem um diagnóstico e transformações do presente ao encararem-no como desiguais para certos grupos diante das relações de poder. O exercício de questionamento feito por cada um deles é atemporal e pode ser trazido para a atualidade e realidade de todas as pessoas de uma maneira pós-estruturalista, ao reorganizar o conhecimento e propor novas maneiras de continuar sua produção.

Essas são transformações que também envolvem a produção da subjetividade, as transformações nas relações entre as pessoas, com os seres vivos e com a natureza, como explica Donna Haraway, para desconstruir e desnaturalizar as relações interpessoais (HARAWAY, 1995). Pensar a política através da desconstrução do

presente e por meio de uma reelaboração da ética e de um modo de vida são pontos chave que relacionam estes pensadores, da mesma forma que é de extrema importância a conexão entre o cuidado de si, dos outros e do mundo, para pensar o outro em sua positividade e como produtor de saberes, independente deste sujeito se encaixar ou não em uma identificação pessoal ou de grupo.

Relações entre Foucault e o feminismo pós-estruturalista

Foucault exerce sua reflexão em torno do presente, dentre outras obras, em “Vigiar e Punir”, publicação original de 1975 que analisa formas de poder que perpassam as instituições. Ao final do primeiro capítulo ele fala de sua intenção de fazer uma história do presente através de uma prisão francesa buscando na história o momento de nascimento das relações de poder com as quais ele se depara no presente (FOUCAULT, 1999b). Esse método mostra que nem sempre as relações de poder do presente se organizaram da maneira que as temos hoje, mas como elas resultaram de um processo histórico. Por isso existe a provocação que coloca o caso das prisões, pois elas nasceram em um determinado momento (entre os séculos XVIII e XIX), sendo também passíveis de dar espaço a uma nova proposta de correção através da não violência.

Foucault retoma esse posicionamento em uma conferência chamada “O que é a crítica?” (1990), quando explica esse conceito no sentido de que todas as instituições são instáveis e podem desaparecer. Assim, a responsabilidade de cada pessoa estaria na reavaliação das relações do presente, de forma a questionar como podemos nos estabelecer diante do mundo e das novas relações de poder para agir de forma consciente, já que Foucault nega a possibilidade de não sermos governados por ninguém em nenhum momento, pois as relações de poder existem em todas as relações. Todos participam delas, podem dominar e ser dominados, e quando nos percebemos em uma relação na qual o dominante não nos possibilita liberdade, a crítica deve estar presente.

Além disso, a crítica existe apenas em relação a outra coisa que não ela mesma: ela é instrumento, meio para um devir ou uma verdade que ela não saberá e que ela não será, ela é um olhar sobre um domínio onde quer desempenhar o papel de polícia e onde não é capaz de fazer a lei. Tudo isso faz dela uma função que está subordinada por relação ao que constituem positivamente a filosofia, a ciência, a política, a moral, o direito, a literatura etc (FOUCAULT, 1990, p. 2)

O presente como diferença e como modo de encarar o que pode ser diferente com relação ao passado também é chave, pois é de responsabilidade pessoal ter coragem de encarar esse presente, segundo Foucault (FOUCAULT, 1999b). Nesse aspecto as feministas pós-estruturalistas convergem com seu pensamento, porque elas também encaram o presente com possibilidade de crítica para mudar a forma de governança, através de novas concepções em torno das relações de poder, especialmente nos campos do privado e da política. Essa aproximação é possível com Donna Haraway (HARAWAY, 1995), porque ela pensa as relações não apenas como lutas de classes ou restritas ao Estado, mas também ocorrendo no privado. Ela coloca que o poder que gira especialmente em torno do corpo da mulher deve ser transformado e criticado, e que se deve entender os novos sujeitos possíveis de fazer História, ciência e praticar política. Esses sujeitos não são neutros e nem universais, mas conscientes de estarem inseridos em certas relações.

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm (HARAWAY, 1995, p. 15).

No caso de Margaret McLaren, em seu livro “Foucault, feminismo e subjetividade” (2016), também existe uma noção de subjetividade corporificada que une feminismo e Foucault. McLaren destaca a relação com o corpo, sendo que este corpo percebe as relações de poder, assim como colocado em “Vigiar e Punir” (1999b), de Foucault, e defendido por Donna Haraway (1995). Isso acontece porque com a chegada da modernidade as disciplinas apareceram para reorganizar as punições e o conjunto de diferentes instituições, de forma que foram transformadas também as maneiras de se portar diante do corpo. As relações de poder geradas passaram então a enxergar no corpo uma de suas principais formas de ataque, mostrando que a figura do homem foi reorganizada em torno da alma e da psicologia.

As feministas também falavam do corpo como uma questão principal para as mulheres na produção da identidade fixa em torno da sexualidade, ou seja, do corpo. Em “História da Sexualidade vol.1: vontade de saber” (1987) as feministas e Foucault conversam novamente, em especial no capítulo “o dispositivo de sexualidade”, porque Foucault explica a rotulação da mulher através e devido ao seu corpo, sendo ela mãe, mulher histórica ou alguém que deve estar constantemente vigiada. Isso se daria

primordialmente com base no poder local, relacional e micro, dentro das relações familiares, matrimoniais, escolares no caso das crianças, hospitalares e até prisionais, para chegar ao aparelho tradicional de controle do Estado que garante a ordem social através do discurso e da dominação. Ao mesmo tempo essa dominação não vem de cima, mas está presente em toda a sociedade, sendo também passível de ser transformada por ela (FOUCAULT, 1987).

Neste capítulo é feito o aprofundamento da noção de poder que coloca a sexualidade como a essência das pessoas e a necessidade de que as pessoas têm a partir da modernidade por definir e fiscalizar o sexo, sendo que elas passam a se definir em torno de suas sexualidades. Foucault coloca que é preciso elaborar uma relação entre as pessoas e a liberdade em relação às práticas sexuais, já que a sexualidade é colocada no centro. Ele propõe uma análise crítica do poder que pode ser pensada de maneira ampla contra noção de soberania deste discurso, pois segundo esse poder, seria negada a existência da sexualidade. Dessa forma o poder está nos mecanismos interpessoais modernos de fiscalização e definição pessoais.

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas, e antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas (FOUCAULT, 1987, p. 88)

O poder nesse sentido está em toda parte porque provém de todos os lugares, ele é exercido, não adquirido, e as relações de poder são imanentes. Existem correlações de forças em todos os grupos do corpo social e não há poder que se exerça sem objetivos, mas isso não quer dizer que ele emane de um sujeito de forma racional ou pelas pessoas que tomam as decisões institucionais (FOUCAULT, 1987). Em relação ao sexo a forma exercida pelo poder é a de revelar os discursos de suas relações, mesmo que sempre exista a possibilidade de resistência.

Da mesma maneira as feministas colocam que não se trata da luta contra a sexualidade, mas contra sua própria produção discursiva. A sexualidade é um nome que se pode dar a um dispositivo histórico, não necessariamente à realidade, mas aos discursos sobre ela que são produzidos pelas relações de poder. Para Foucault, as relações de sexo no Antigo Regime se davam pelas relações de aliança (matrimônio), mas segundo ele isso perdeu importância com o desenvolvimento da economia e as mudanças na política. Por isso as sociedades modernas desenvolveram um novo dispositivo, o da sexualidade, que reinventou os corpos de forma cada vez mais controlada e global. Isso vai de encontro à hipótese repressiva que colocava que até o século XVII existia uma repressão que depois desapareceu.

Nesse aspecto, Margaret McLaren (2016) enfatiza a questão da análise do discurso e de sua importância para compreender as relações de poder e o modo como as produções das subjetividades (tanto masculina como feminina) são importantes. O discurso produz certas relações de poder ao hierarquizar e excluir alguns sujeitos, como Foucault também explica em “A Ordem do Discurso” (1999a). Para as feministas a forma de encarar as relações culturais do corpo contribui para a dominação, porque a atuação do sujeito masculino, branco e racional é sempre priorizada frente ao corpo feminino.

O conceito primordial é superar a subordinação da mulher. Apesar das várias, e às vezes conflitantes suposições das posições feministas discutidas, há coisas em comum entre elas. Primeiro, por ser o feminismo um movimento social e político devotado à superação da subordinação feminina, a teoria feminista pode fornecer recursos para mudanças sociais e políticas. Esses recursos podem incluir ferramentas para análise crítica e programas positivos para mudanças (MCLAREN, 2016, p. 26).

Foucault coloca que as explicações sobre o discurso também fazem parte de uma ordem e que é impossível negar a existência do autor. O discurso também é acontecimento, porque pode mostrar descontinuidades importantes para entender determinadas práticas. Foucault explica que não podemos ter acesso à produção do conhecimento sem que ele seja mediado pelas palavras e discursos, para que possamos chegar às coisas das quais falamos. As palavras não descrevem as coisas, mas configuram e dão sentido a elas. O exemplo de Foucault em “A ordem do discurso” (1999a) é a da separação entre razão e loucura, porque a loucura leva o discurso do “louco” a ser rejeitado por ele estar fora da ordem aceita pelas pessoas, enquanto o racional está dentro dos regimes de verdade definidos pelas contingências históricas.

Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros (FOUCAULT, 1999a, p. 10).

É em “A verdade e as formas jurídicas” (2005), especialmente na primeira conferência, que Foucault inicia seu movimento para o eixo do Poder para explicar de que forma as práticas de saberes se conectam com as práticas sociais. Ele explica que a produção do conhecimento não deve ser pensada como neutra ou universal, que ela não emana de uma origem conectada à verdade, mas é consequência do objeto de conhecimento que nos leva a criar ferramentas para interpretá-lo. Esse saber produzido pelo homem é pontual, particular e específico, e depende tanto do seu contexto quanto das suas práticas sociais, ou seja, dos saberes de cada período histórico, dos contextos, lugares e pressupostos.

Ao mesmo tempo, ver tudo a partir de todos os ângulos é criticado por Foucault, porque para ele é necessária uma história política dos conhecimentos que lide com as condições de aparição de suas determinadas formas. É preciso entender em que medida o conhecimento científico e o sujeito que o produz têm validade universal. Existem saberes parciais, locais, perspectivados e limitados, sempre emaranhados nas relações de poder e relacionados aos jogos políticos, estratégicos, da luta e da guerra, como também explica Donna Haraway em “Saberes Localizados” (1995). A produção de um saber pelo sujeito do conhecimento seria um processo de dominação que cria uma conexão entre quem produz o conhecimento e o conhecimento que é produzido por ele.

Deste ponto de vista, a ciência - o jogo real, aquele que devemos jogar - é retórica, é a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo. Tais convicções devem levar em conta a estrutura dos fatos e artefatos, tanto quanto os atores mediados pela linguagem no jogo do conhecimento (HARAWAY, 1995, p. 10).

As feministas também afirmam que a ciência produzida pelos sujeitos de conhecimento não é universal, apenas pretende ser, mas deixa de fora as principais questões envolvendo as diferentes realidades femininas. A concepção tradicional de masculinidade faz esse sujeito escolher certos temas como mais importantes, deixando muitas vezes os temas privados como menos importantes diante das intenções da

produção humana. Para o feminismo a crítica de Foucault importa bastante por concordar que o saber deve ser colocado em seu lugar de produção e pensado historicamente a partir das práticas sociais que o produziram, ou seja, de um saber perspectivo. O sujeito também é produzido de forma parcial através das relações de poder e subjetividades, então, além disso, o próprio sujeito do conhecimento deve mostrar de onde fala, pois ele também não é universal.

Neste sentido surgem algumas noções de Foucault acerca do que ele chama de “intelectual específico” em sua entrevista “Verdade e Poder” do livro “Microfísica do Poder” (2015). O “específico” é um intelectual que carrega uma nova ligação entre a teoria e a prática para atuar em setores determinados, como no trabalho, nas universidades, nas relações familiares e sexuais. Ele atua em lugares restritos e com modos específicos de se estabelecer neles, inclusive atraindo os perigos políticos do saber localizado. Apesar disso, é esclarecido que o chamado “intelectual universal”, em contrapartida, não desapareceu por completo e está sempre buscando retomar seu espaço. O “intelectual específico” é a figura que produz conhecimento e também se transforma ao produzi-lo, mas corre riscos se não aplicar o que estuda ao seu cotidiano em uma conexão entre discurso e prática de vida.

O intelectual específico encontra obstáculos e se expõe a perigos. Perigo de se limitar a lutas de conjuntura, a reivindicações setoriais. Risco de se deixar manipular por partidos políticos ou por aparelhos sindicais que dirigem estas lutas locais. Risco principalmente de não poder desenvolver estas lutas pela falta de uma estratégia global e de apoios externos. Risco também de não ser seguido ou de o ser somente por grupos muito limitados (FOUCAULT, 2015, p. 15).

Em “Saberes Localizados” (1995), Donna Haraway também se coloca contra a crítica da década de 1980 acerca da objetividade da natureza humana, da escrita e da linguagem, de forma irônica, para explicar que é preciso elaborar uma discussão que traga mais certeza frente à aceitação de discursos prontos e atos de fé pouco efetivos:

Esta é uma visão aterrorizante da relação entre o corpo e a linguagem para aqueles de nós que ainda gostariam de falar a respeito da realidade com mais confiança do que a que atribuímos à discussão da direita cristã a respeito da volta de Jesus e a salvação deles em meio à destruição final do mundo. Gostaríamos de pensar que nossos apelos a mundos reais são mais do que uma desesperada tentativa de escapar ao cinismo ou um ato de fé como o de qualquer outro culto (HARAWAY, 1995, p. 12).

Entre os principais objetivos do texto de Haraway está o de organizar por meio da escrita e da argumentação outro tipo de epistemologia que possa lidar com os problemas da produção do conhecimento em todos os campos. Para a autora as palavras têm múltiplos sentidos e dependem de suas ambiguidades, assim como Foucault coloca na “Ordem do discurso” (1999a). A apropriação das palavras é o que as definem, então é preciso se posicionar para desenvolver as linhas de pensamento. Isso também é colocado em sua *Metáfora da Visão*, que atribui um sentido negativo e um positivo à palavra *visão*. Pode ser negativo no sentido de *visão devoradora* das produções e dos questionamentos, mas positivo ao defender que a perspectiva parcial é a única que permite uma *visão objetiva*. Sendo assim, as palavras podem ser redefinidas em seus múltiplos sentidos, através de uma *visão mais ampla* de seus significados.

A ressignificação e a atribuição de outros sentidos às palavras, no caso da objetividade, estão em como cada localidade e como cada saber sujeito pode organizar uma perspectiva que busca chegar cada vez mais perto da objetividade, ao contrário da forma “tradicional”, que julga tudo ver e tudo saber. Os saberes localizados e sujeitos mostram perspectivas parciais que jogam com os sentidos em contraste com o totalizante. Objetividade, segundo Haraway (1995), só pode ser considerada se partir do parcial, como em sua proposta de uma nova objetividade feminista, porque inexistente um olhar que vê tudo. Ao mesmo tempo o conhecimento localizado e limitado, torna todas as pessoas responsáveis pelo que aprendem a ver. Isso implica em uma tomada de posição e em uma ética aplicada à produção do conhecimento.

Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p. 21).

A própria noção de razão também é ressignificada através da experiência, considerando as lutas femininas na produção de conhecimentos para serem considerados racionais e sérios. A partir disso ela se coloca na responsabilidade de ressignificar a noção de razão objetiva e científica totalizante, para não excluir os saberes subjugados do universo acadêmico. Sendo assim, é importante ressaltar que o que hoje é considerado natural fez parte de um processo que envolveu certos saberes, como coloca

Foucault, ao analisar as relações de poder e as possibilidades constantes de ressignificação dessas relações.

Da mesma maneira Haraway se coloca frente às discussões teóricas que devem ser refletidas na prática para criar uma conexão entre as pessoas para a produção de novos conhecimentos e relações de poder.

Não queremos uma teoria de poderes inocentes para representar o mundo, na qual linguagens e corpos submerjam no êxtase da simbiose orgânica. Tampouco queremos teorizar o mundo, e muito menos agir nele, em termos de Sistemas Globais, mas precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder ver (HARAWAY, 1995, p. 16).

Em “Manifesto Ciborgue” (1991), Donna Haraway busca construir um mito político cheio de ironia e crítica ao humanismo que coloca o homem como centro de tudo. O ciborgue é a figura desse mito político criado como ideal humano, porque ele mistura máquina e organismo. Ele transita entre a ficção científica e a realidade social, em uma fronteira que retrata sua criação como figura política e social. O ciborgue incorpora tanto a subjetividade quanto a materialidade, levando em consideração que os aspectos da máquina já permeiam a vida das pessoas, então Haraway busca questionar as hierarquias e trabalhar a parcialidade contra a visão humanista, questionando as fronteiras, como a ideia do “universal”.

Donna Haraway (1991) faz três propostas que envolvem o ser ciborgue e que geram novas visões de mundo: primeiro a diluição entre humanos e animais, o que pressupõe uma relação inexistente até pouco tempo atrás, como o surgimento de movimentos pelos direitos dos animais e trabalhos das ONGs. Dessa forma é necessário pensar que todos os seres possuem direitos e precisam viver de forma equilibrada com o ambiente e não de forma dominada.

Em segundo lugar ela analisa a divisão entre humano e máquina, sendo ela não mais possível, já que as máquinas se tornaram extensões do próprio corpo; e por último ela faz uma proposta de diluição da fronteira entre o físico e o não físico através de uma reflexão sobre o sentido do poder, sendo ele um exercício e não uma propriedade, assim como Foucault coloca em “Vigiar e Punir” (1999b). Esse poder está em todas as relações e não vem exclusivamente de cima. Ao mesmo tempo a invisibilidade do ciborgue faz com ele seja perigoso por estar presente em toda a sociedade. O mito do

ciborgue tem o objetivo de diluir essas fronteiras e propor uma nova forma de vida conjunta através da reconstrução das identidades.

O ciborgue está determinadamente comprometido com a parcialidade, a ironia e a perversidade. Ele é oposicionista, utópico e nada inocente. Não mais estruturado pela polaridade do público e do privado, o ciborgue define uma pólis tecnológica baseada, em parte, numa revolução das relações sociais do *oikos* – a unidade doméstica. Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas (HARAWAY, 1991, p. 39).

Essas identidades devem ser estruturadas e múltiplas, ao mesmo tempo em que a multiplicidade gera uma situação que não possibilita uma unificação da identidade. Nesse sentido é necessária a associação de forma complementar de todos os feminismos, porque a unificação em torno da identidade poderia também gerar a exclusão daquilo que é diferente. O objetivo deve ser a afinidade política em torno do que une para propor novas visões de mundo, para produzir sujeitos que não sejam revolucionários e totalizadores em torno de uma única pauta, mas para pensar a multiplicidade das lutas em comum. Haraway (1991) explica a necessidade de pensar as identidades levando em consideração que as definições não são naturais, mas construções históricas e sociais impostas, como a noção do “ser mulher”, por exemplo.

Dessa forma, Haraway critica o feminismo marxista e o feminismo radical por serem totalitários e excluírem algumas categorias de mulheres ao se apropriarem de alguns conceitos. A visão humanista que busca abarcar a todos também é excludente, porque inevitavelmente apenas alguns são produtores de um discurso aceito pelo todo. Cada realidade é diferente, então não pode haver identidade de grupo sem levar em consideração as relações específicas de cada entendimento e de cada subjetividade. O entendimento de como é difícil não excluir e buscar uma matriz identitária natural leva ao entendimento de que é preciso sair das totalidades e trabalhar com as parcialidades e diferentes subjetividades, como a própria Haraway explicou em seu texto “Saberes Localizados” (HARAWAY, 1995).

Retomando o tema da sexualidade, ela também explica que o corpo é visto como uma máquina a ser utilizada em toda a sua potencialidade, já que a mulher foi historicamente rebaixada por conta de sua maternidade e sexualidade. Existe certa multiplicidade de sentidos nas relações de poder e em tudo, então uma nova forma de

subjetividade é possível através da análise de diferentes vertentes ao invés de apenas uma. Dessa forma, Donna Haraway propõe a criação de uma nova epistemologia para conhecer a diferença.

De uma outra perspectiva, um mundo de ciborgues pode significar realidades sociais e corporais vividas, nas quais as pessoas não temam sua estreita afinidade com animais e máquinas, que não temam identidades permanentemente parciais e posições contraditórias. A luta política consiste em ver a partir de ambas as perspectivas ao mesmo tempo, porque cada uma delas revela tanto dominações quanto possibilidades que seriam inimagináveis a partir do outro ponto de vista (HARAWAY, 1991, p. 46).

Ela coloca a noção da criação via uma nova subjetividade que vê em seu presente uma nova relação de poder através do ciborgue e da contestação ao que seria naturalmente a mulher, como identidade natural. O feminismo propõe a produção de um conhecimento científico que dê conta da diferença ampliada para criar outras relações de poder e de prazer, e assim como Foucault (1987), Haraway propõe enxergar o poder de forma mais ampla através de um diagnóstico do presente.

A própria intelectualidade e a produção do conhecimento são problematizadas através da crítica à totalização dos conceitos em torno de uma única identidade. Não se trata de apagar as identidades e localizações que definem os grupos dentro dos feminismos, mas de abrir espaço para diversas nomeações que se complementam, já que o ato de nomear os grupos também é uma relação de poder, porque este ato define as pessoas e determina limites para elas que devem ser questionados pelas vertentes feministas e pós-estruturalistas.

Neste sentido é possível identificar aproximações nos argumentos de Donna Haraway e Michel Foucault: em primeiro lugar existe a crítica de ambos ao presente para entender as novas formas de relações de poder. Foucault defende que o homem como sujeito da ciência e do conhecimento está no processo de desaparecer, enquanto para Haraway esse fenômeno já aconteceu. Os dois autores fazem um diagnóstico das transformações humanas e criticam o humanismo em busca de novas formas subjetivas de conhecimento para o surgimento de novos sujeitos. O mito do ciborgue de Haraway (1991) possibilitaria essas novas relações. Ao mesmo tempo, a biopolítica de Foucault (2008) seria um modo de controle da população, uma tensão constante. Os dois também criticam as tradições da ciência e da política moderna, que se pretendem totalizantes e objetivas.

A epistemologia de Donna Haraway (1995) que tem como objetivo conhecer a diferença tem também a intenção de remodelar o sistema ocidental de encarar a noção de ciência e de sujeito. Sua proposta é a de perceber as diferenças e compreendê-las, como Foucault (1999b) fez com os loucos e com os prisioneiros, que não são vistos pelo ocidente e que buscam ser eliminados por ele. Em outras palavras, é necessário perceber os recortes de classe, gênero e raça para produzir o conhecimento de forma diferente, mesmo dentro dos grupos marginalizados, quando eles buscam representar ao todo de maneira uniforme.

O Ciborgue é então uma maneira de se usar as possibilidades modernas do próprio conhecimento para recriar as perspectivas e promover mudanças. É uma metáfora de uma produção subjetiva que quer escapar do homem universal para ver as possibilidades que a tecnologia gera de encarar a ciência e a tecnologia como uma dominação humana. Em sua entrevista para Thyrza Goodeve, Haraway explica: “O que me interessa mais sobre o ciborgue é que ele faz coisas inesperadas e responde por histórias contraditórias, permitindo ao mesmo tempo algum tipo de trabalho no e do mundo” (HARAWAY, 2005, p. 60).

Haraway discute igualmente sua noção de crítica, sendo que para ela esta pode ser uma atividade produtiva mais do que negativa. Foucault também tem essa posição de construir outro sentido para as coisas. A crítica para ele tem a ver com julgamento, algo que não necessariamente precisa proceder sempre, se for possível perceber as presenças daquilo com o que as pessoas lidam. Donna Haraway também não busca uma crítica por julgamentos, mas pela geração de novas ideias complementares:

Parte disso é a competição e o medo de parecer tolo se você não fizer a crítica primeiro. De fato, penso que parte das péssimas políticas raciais funciona a partir do mesmo princípio, segundo o qual as pessoas se apressam em acusar os outros de racistas para não serem julgadas elas mesmas. [...] E penso que algo desse estilo de crítica negativa na pós-graduação, em relação não apenas ao racismo, mas a muitos outros tipos de coisas, está enraizado num medo de aceitar algo com toda a sua bagunça e sujeira e imperfeição (HARAWAY, 2005, p. 58).

Em suma, se trata de fazer uma reconexão para perceber as diferentes reflexões olhando para o passado para perceber os silenciamentos e criticá-los de maneira construtiva. Haraway faz isso também com relação à escrita das mulheres, buscando escritoras de seu próprio contexto e tempo para reavaliar seu presente, como fez com

Octavia Butler. Ela propõe um novo olhar sobre as histórias “de risco” de mulheres, já que a escrita tem caráter político no próprio desafio de certos grupos em fazer uso dela:

A política do ciborgue é a luta pela linguagem, é a luta contra a comunicação perfeita, contra o código único que traduz todo significado de forma perfeita – o dogma central do falocentrismo. É por isso que a política do ciborgue insiste no ruído e advoga a poluição, tirando prazer das ilegítimas fusões entre animal e máquina. São esses acoplamentos que tomam o Homem e a Mulher extremamente problemáticos, subvertendo a estrutura do desejo, essa força que se imagina como sendo a que gera a linguagem e o gênero, subvertendo, assim também, a estrutura e os modos de reprodução da identidade “ocidental”, da natureza e da cultura, do espelho e do olho, do escravo e do senhor (HARAWAY, 1991, p. 88).

A retomada da crítica e a resignificação com relação ao próprio sujeito mulher nos diferentes feminismos podem também ser encontradas nos argumentos de Judith Butler, em especial em seu livro “Problemas de Gênero” (2003). Nele, existe uma crítica forte sobre a heterossexualidade dos movimentos feministas, e Butler se utiliza de Foucault para criticar a noção de corpo e mente. Neste sentido, o gênero tem o pressuposto de identidade através das relações sociais, que têm a ver com classe, raça e gênero, ao exemplo do que também coloca Haraway. Ao mesmo tempo o sexo está dentro do campo da construção e do discurso, e não é puramente biológico. Desta forma, ela organiza sua escrita tentando perceber a política em suas reflexões.

Seu propósito é discutir a linguagem e o discurso para propor uma prática política que não caia nas armadilhas do feminismo. Ela retoma os argumentos de Donna Haraway (1995) ao criticar o próprio movimento feminista, ao mesmo tempo em que se aproxima de Foucault ao propor uma genealogia feminista preocupada com uma nova maneira de perceber a produção da subjetividade (BUTLER, 2003). Butler coloca o problema da identidade como algo muito definido em torno da expressão “mulheres” com objetivo de constituir o sujeito em nome de quem certa representação política é almejada, porque ela coloca que as noções de política e de representação são complementares, mas diferentes.

Suas críticas à noção de identidade, à expressão “mulheres” e ao feminismo que organiza o sujeito feminino recorrem aos problemas entre a teoria política e o feminismo, porque a expressão “mulheres” causa muitas exclusões ao tentar significar grupos marginalizados específicos com aspectos em comum. De acordo com Judith Butler (2003), o sujeito “mulheres” não pode mais ser compreendido através de termos

tão estáveis e permanentes, pois a noção de um sujeito em torno de identidades fixas não tem mais possibilidade de se colocar em mundo plural e espaço de luta de tantos grupos.

E assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produza sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produza presumivelmente masculinos (BUTLER, 2003, p. 19).

Butler explica que o feminismo que aposta só na figura da mulher não é mais possível por ser o feminismo também parte de um sistema discursivamente constituído. Ela se aproxima da análise de Foucault em “As verdades e as formas jurídicas” (2005) quando o autor coloca que os limites dos conceitos e dos estudos diante de alguns grupos produzem discursos de poder relacionados ao saber (FOUCAULT, 2005). Neste sentido o próprio sistema político representacional que deveria favorecer as mulheres, acaba prejudicando suas emancipações.

A análise do sujeito é uma questão crucial para a política feminista, pois os sujeitos femininos são produzidos por práticas de exclusão. A representação e identidade das mulheres na luta feminina acabam produzindo o próprio sujeito feminino que está sendo defendido para maior visibilidade na política institucional, através das relações de poder:

A construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento (BUTLER, 2003, p. 19).

Butler afirma que não basta a simples indagação de como as mulheres podem fazer-se representar mais plenamente, é necessário também compreender como a categoria das mulheres é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas do poder pelas quais se busca a emancipação.

As relações de poder dentro do feminismo que se propõe a defender um tipo de identidade, acabam por excluir alguns grupos. A constituição do poder pela lei é problemática em torno da representação das mulheres por causa disso, levando Judith Butler a discutir a noção de sujeito em seu texto. O gênero nem sempre se constituiu de

maneira coerente na história, pois não basta apenas a figura de “mulher” para representar a todas. Ele está sempre em contato com raça, classe, etnia e está sempre conectado ao cenário político, cultural e social no qual é produzido.

O feminismo não está isento da produção das relações de poder, então não pode presumir uma base universal para que não reduza a opressão das mulheres igualmente a uma base singular. Por esta razão o feminismo que parte do patriarcado universal também é criticada por Butler quando a crítica parte de visões exclusivamente ocidentais para olhar para sociedades diversas ao redor do mundo.

Butler critica essa construção ocidental por criticar a universalidade em todos os aspectos. A experiência das mulheres não é comum, segundo ela, é específica, então ela não deve ser descontextualizada em suas particularidades. Essa noção de identidade geral em torno das mulheres é bastante equívoca: “É minha sugestão que as supostas universalidades e unidade do sujeito do feminismo são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam” (BUTLER, 2003, p. 21). Ela continua explicando que o feminismo queria produzir uma luta em torno da pluralidade das mulheres, mas fez uso de uma política e de uma noção de sujeito que excluiu muitas delas e suas representatividades.

Considerando que o feminismo almeja a emancipação existe sempre a pergunta de para quais mulheres esse pensamento apoiado na representação universal é válido na prática e na política, porque existem limites na identidade e na política das mulheres que tornam os sujeitos não estáveis.

Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente “estratégicos” não resolve nada, pois as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam. Nesse caso, a própria exclusão pode restringir como tal um significado inintencional, mas que tem consequências. Por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal da representação (BUTLER, 2003, p. 22).

Donna Haraway (1991) também propunha novas formas de organização da prática política que já estavam colocando-se em prática no presente, considerando que o campo contemporâneo do poder é constituído pela linguagem e pela política. Judith Butler se alinha ainda mais aos estudos de Foucault sobre a genealogia, relações de poder e dispositivo da sexualidade neste sentido, porque coloca que é possível formular uma crítica às categorias da identidade olhando para dentro da política representacional,

inclusive para refletir sobre a perspectiva feminista e sobre a exigência de construir um sujeito do próprio feminismo. Os três autores percebem isso ao longo da história e em seus presentes, criticando radicalmente a necessidade de construção de uma base única e permanente para os conceitos. Em conformidade, Butler coloca as perguntas:

Será que as práticas excludentes que baseiam a teoria feminista numa noção das mulheres como sujeito solapam, paradoxalmente, os objetivos feministas de ampliar suas reivindicações de representação? Será que a construção da categoria de mulheres como sujeito coerente e estável acaba por produzir uma reificação numa regulação das relações de gênero? Até que ponto a categoria mulheres se manteve a partir da matriz heterossexual? (BUTLER, 2003, p. 23).

Ela conclui que é preciso nova política feminista que tome a construção da identidade com um modelo que dê conta de escapar dessa noção normativa e universal. Em seus argumentos ela também critica a divisão do sujeito feminista pela distinção sexo/gênero. Para ela, a unidade do sujeito é contestada quando se diz que apenas o gênero é culturalmente construído, pois essa posição parte de um pressuposto comum de que o sexo é biológico e o gênero uma construção social. O limite lógico deste argumento coloca que existe uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e o gênero culturalmente construído.

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino e tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2003, pp. 24-25).

O sexo também deve ser criticado como construção cultural, considerando que a genealogia do sexo é capaz de expor as composições binárias como construções variáveis. O gênero não deve ser apenas cultural em um sexo previamente dado, mas se trata de analisar o aparato de produção sobre o qual os próprios sexos são estabelecidos. O gênero não está para a cultura assim como o sexo está para a natureza, ele é o meio discursivo cultural pelo qual o sexo natural é também produzido e estabelecido como pré-discursivo.

O sexo é uma noção produzida pelas relações de gênero, do poder e do discurso e também é efeito do aparato de construção cultural do gênero, e gera o questionamento de “como deve a noção de gênero ser reformulada para abranger as relações de poder

que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam a própria operação da produção discursiva?” (BUTLER, 2003, p. 26). O sexo como o aspecto natural pode esconder suas próprias relações de poder e construção cultural. Butler vê a noção de construção com desconfiança através da dualidade entre livre-arbítrio e determinismo, ao mesmo tempo em que ela enxerga o perigo do corpo passar a ser um mero meio dos significados culturais quando vemos sua construção imposta ao corpo natural.

O sexo feminino não é a falta ou o outro, e não constitui a marca de um sujeito. As categorias da identidade devem ser repensadas para perceber do que se tratam as relações assimétricas de gênero, através das críticas à distinção e separação entre corpo e mente em termos de hierarquias de gênero, já que o corpo é associado ao feminino e a mente ao masculino na linguagem moderna.

Na tradição filosófica que se inicia em Platão e continua em Descartes, Husserl e Sartre, a distinção ontológica entre corpo e alma (consciência, mente) sustenta, invariavelmente, relações de subordinação e hierarquia políticas e psíquicas. A mente não só subjuga o corpo, mas nutre ocasionalmente a fantasia de fugir completamente à corporificação. As associações culturais entre mente e masculinidade, por um lado, e corpo e feminilidade, por outro, são bem documentadas nos campos da filosofia e do feminismo (BUTLER, 2003, p. 32).

De acordo com Butler uma possibilidade de argumentação seria através da exploração das linguagens totalizantes, tanto masculinista quanto feminina, pois ela questiona a real necessidade de unidade, já que a insistência nela é também a causa de sua fragmentação. Neste sentido a autora defende as “unidades provisórias”, porque elas podem agir em propostas diversas para além da identidade, algo também proposto por Donna Haraway em “Saberes Localizados” (1995). De acordo com Butler, uma coalizão aberta poderia melhor afirmar as identidades, sendo a própria noção de identidade um ideal normativo.

Desta forma, a noção do verdadeiro sexo é produzida por práticas reguladoras que geram identidades através de uma matriz de gênero. As matrizes culturais excluem certas identidades, principalmente em cenários nos quais o gênero não decorre do sexo. Sexo, gênero e desejo não estão em condição clara interdependente e determinada através da oposição entre feminino e masculino. Para Judith Butler, as mulheres não são compreendidas como sujeitos segundo o sistema representativo da cultura ocidental por causa da representação binária da sexualidade e é a heterossexualidade institucional que

causa a relação entre sexo, gênero e desejo para regular o gênero como uma relação binária (BUTLER, 2003).

Seus argumentos encontram relação com Foucault, pois ambos fazem críticas ao gênero pelo desejo, sendo ele um limitador interno natural do ser humano. Foucault encara nos “corpos” e “prazeres” um espaço no qual seria possível resistir ao “dispositivo da sexualidade” e produzir novos modos de vida para transformar as relações interpessoais. A intenção dele é a de desnaturalizar o modo como o dispositivo da sexualidade age sobre os corpos e como ele não pode ser encarado como a única maneira de nos relacionarmos com a sexualidade, especialmente no século XIX (FOUCAULT, 1987).

Butler não encara essa possibilidade como algo que proceda como resistência ou contra-ataque através dos corpos por não considerar que o dispositivo da sexualidade pudesse ser vencido. Apesar disso, o feminismo pós-estruturalista de Judith Butler e Donna Haraway se relaciona com as críticas de Foucault porque todos os autores mencionados convergem seus argumentos em prol de perceber as relações de poder que fazem que a modernidade influencie todos os aspectos relacionais da vida humana. Neste sentido, as análises do tempo presente tornam possíveis produções de novas formas de conhecimento e a possibilidade de novos saberes verdadeiramente inclusivos.

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: vontade de saber vol.1*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: Curso dado no College de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O que é a crítica? *Bulletin de la Société française de philosophie*, Paris, v. 82, n. 2, p. 35-63, abr.1990.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999b.

HARAWAY, Donna. Fragmentos: Quanto como uma folha. Entrevista com Donna Haraway. *Revista Mediações*, Londrina, v.20, n.1, p.48-68, jan.2005.

HARAWAY, Donna. *Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. 1991. Disponível em https://cochabambahotel.noblogs.org/files/2017/03/Manifesto_Ciborgue.pdf

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 5, n. 1, p. 7-41, jan.1995.

MCLAREN, Margaret. *Foucault, Feminismo e Subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.

Artigo recebido em 12 de agosto de 2020.
Aceito para publicação em 09 de dezembro de 2020.